



## SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA XXVIII SIC

paz no plural



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2016: SIC - XXVIII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2016
<b>Local</b>	Campus do Vale - UFRGS
<b>Título</b>	INSTITUIÇÕES JUDICIAIS E COMBATE À CORRUPÇÃO: mapeamento do espaço de produção de discurso e agentes
<b>Autor</b>	GIOVANNI GOLDENFUM ORSO
<b>Orientador</b>	FABIANO ENGELMANN

## **INSTITUIÇÕES JUDICIAIS E COMBATE À CORRUPÇÃO: mapeamento do espaço de produção de discurso e agentes**

Giovanni Goldenfum Orso

Orientador: Fabiano Engelmann

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A presente pesquisa tem como foco principal o estudo do crescente protagonismo das instituições judiciais no combate a corrupção no período pós-redemocratização do Brasil. Diferentemente da análise mais recorrente na ciência política, onde o tema é analisado pelo prisma do institucionalismo e dos estudos de administração pública, onde o enfoque recai principalmente sobre a articulação entre as instituições, os desenhos institucionais e os processos de *accountability*, este trabalho tem como proposta uma problematização de viés mais alargado sobre o fenômeno da judicialização da política no Brasil. A hipótese central a ser trabalhada é a de que, junto ao empoderamento trazido pela nova constituição, o processo de autonomização das instituições jurídicas tem levado a concepções e doutrinas de ação política próprias dos agentes judiciais, contribuindo para certo ativismo no combate a corrupção e até a um cenário de criminalização da política, como visto nos recentes escândalos políticos brasileiros.

Dentro disso, através da análise de conteúdo e de difusão das principais doutrinas relacionadas a temática, assim como o papel das associações corporativas e outras organizações (nacionais e internacionais) na articulação das concepções de políticas de combate a corrupção, este trabalho possui como principal objetivo a análise da relação entre a crescente autonomização das instituições judiciais observada a partir da redemocratização e o fenômeno de ampliação da criminalização da atividade política através dos sucessivos escândalos de corrupção que tem como protagonistas centrais as instituições judiciais.

Para tal, de forma a permitir uma melhor contextualização do debate, realizou-se um mapeamento do espaço de discurso e dos agentes que permeiam essas instituições no que diz respeito ao tema de combate à corrupção a partir de documentos produzidos por agências nacionais e internacionais, associações ligadas ao Ministério Público e a Magistratura. A partir de dados disponibilizados por organizações como a ONU, Banco Mundial, OECD, Transparência Internacional, BID e, em nível nacional, pelas associações de magistrados e instituições jurídicas como o Ministério Público, CGU e CNJ, este levantamento, ainda em fase de análise, levou a criação de um banco de dados e na elaboração de uma cronologia dos marcos legais e institucionais que balizam o combate à corrupção no Brasil no período atual. Através de tal procedimento foi possível estabelecer, ainda que parcialmente, uma rede de parcerias e ligações que contribuem para a circulação de ideias que tratam do combate à corrupção.